



523-35  
523-0353

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
**CIDADE DOS PROFETAS**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º PMC/094/2014**

**PRC/175/2014**

Contrato de prestação de serviços de empresa administradora e processadora de cartões entre o Município de Congonhas, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede à Praça Presidente Kubitschek, nº. 135, Centro, Congonhas - MG, CEP: 36.415-000, inscrita no CNPJ: 16.752.446/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, José de Freitas Cordeiro, que por força do Decreto nº 5.936 de 07 de fevereiro de 2014, passa a integrar o presente contrato o Secretário Municipal de Administração Sandro César Cordeiro, e de outro lado, a empresa **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº: 00.604.122/0001-97, sediada na Rua Machado de Assis, nº 904, Centro, Uberlândia - MG, CEP: 38.400-112, neste ato representada pelo Sr. Ricardo de Falco Marques, portador do C.P.F. nº. 055.062.776-60 e do R.G. nº. MG 10893243, (SSP/MG, doravante denominada simplesmente **"CONTRATADA"** têm por justo e contratado o que segue:


**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

- 1.1. Constitui objeto do presente a prestação de serviço em caráter emergencial para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de legitimação- Cartão Alimentação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar para aproximadamente 3.187 beneficiários, na forma da Lei Municipal 3.367, de 17 de março de 2014, durante 180 (cento e oitenta) dias, com início em 02/07/2014 e término em 28/12/2014 ou até decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais acerca do Pregão PMC/067/2013, que se encontra suspenso.
- 1.2. Além da Legislação mencionada, trata-se de serviço que possui normas gerais positivadas pela Lei nº 12.865/2013- que institui o Sistema de Pagamentos Brasileiros- SPB e, portanto de aplicação cogente a presente contratação.
- 1.3. A Descrição completa dos serviços corresponde à proposta constante na Dispensa de Licitação nº. PMC/046/2014, que deve ser observada pela **CONTRATADA**, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA IMPLANTAÇÃO**

- 2.1. Os cartões deverão ser confeccionados e entregues personalizados com nome do servidor, razão social da Prefeitura Municipal de Congonhas, com numeração de identificação em ordem sequencial, conforme disposto no Artigo 17 da Portaria 03 de 01/03/02 do Ministério do Trabalho e Emprego, além de possuírem senha numérica para validação de transação, através de digitação em equipamentos POS/PDV ou similar, pelo usuário, no ato da utilização nos estabelecimentos credenciados, de acordo com as instruções do PAT.

  
**Sandro César Cordeiro**  
Secretário Municipal de Administração

  
**Ramon Oliveira Dias**  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

  
**José de Freitas Cordeiro**  
Prefeito Municipal de Congonhas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

### CIDADE DOS PROFETAS

2.2. Os cartões deverão ser entregues bloqueados pela contratada em envelope lacrado, com manual básico de utilização. Para tanto a contratada terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato. Os custos de confecção dos mesmos deverão estar inclusos na proposta apresentada.

2.3. A entrega dos cartões será centralizada no Departamento de Gestão de Pessoas, localizado à Rua Padre Gurgel, nº 30, centro, Congonhas- MG.

2.4. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito pelo usuário, através da Central de Atendimento Eletrônico da contratada e por outro meio eletrônico complementar, eventualmente disponibilizado pela contratada.

2.5. Na hipótese de contratação de novos servidores públicos, a contratada deverá fornecer o cartão alimentação em até 05(cinco) dias corridos contados da data da solicitação, sem ônus para a contratante. O disposto nesse item aplica-se, inclusive em caso de reemissão, decorrente de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições no cartão eletrônico, solicitada diretamente pelo usuário através da Central de Atendimento Eletrônico.

2.6. Os cartões devem possuir mecanismo de bloqueio que impeça sua utilização em estabelecimentos comerciais localizados fora da cidade de Congonhas/MG, consoante legislação municipal vigente.

2.7. O reembolso do valor dos cartões devolvidos deverá ocorrer no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, pelo preço equivalente ao valor creditado independentemente do motivo de sua devolução.

2.8. As informações cadastrais dos servidores serão fornecidas pela contratante, em meio magnético, conforme arquivos definidos pela mesma, na data da assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REDE CREDENCIADA**

3.1. A contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, 70(setenta) estabelecimentos comerciais conveniados ativos, especializados no oferecimento dos produtos e serviços previstos no § 1º do artigo 1º da Lei nº 3.37 de 17 de março de 2014, observadas, ainda, as condições de higiene e saúde.

3.2. Para a assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar, mediante apresentação que sua rede credenciada possui estabelecimentos que apresentam condições de atender, de imediato, 20% da quantidade mínima estabelecida no subitem anterior.

3.3. No ato da entrega dos cartões a contratada deverá comprovar que sua rede credenciada possui estabelecimentos que apresentam condições de atender, de imediato, 50% da quantidade mínima estabelecida no subitem 3.1.

3.4. Dentro do percentual descrito no item 3.2 deverão haver, no mínimo 6(seis) estabelecimentos especializados, exclusivamente, na venda de produtos alimentícios, de higiene pessoal e limpeza (supermercado); 4(quatro) estabelecimentos destinados, exclusivamente a venda de refeições (restaurantes); 4(quatro) estabelecimentos destinados a venda exclusiva de medicamentos (Farmácia).

  
**Sandro César Cordeiro**  
Secretário Municipal de Administração

  
**Ramon Oliveira Dias**  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

  
**José de Freitas Cordeiro**  
Prefeito Municipal de Congonhas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

### CIDADE DOS PROFETAS

3.5. Dentro do número de estabelecimentos fixados no subitem anterior, 50% dos estabelecimentos deverão estar compreendido num raio de 1 km da Sede do Poder Executivo Municipal, localizada na Praça Presidente Kubitscheck, nº 135, Centro, Congonhas/MG.

3.6. Caso seja necessário, os demais estabelecimentos deverão ser credenciados, dentro do prazo de 30(trinta) dias da assinatura do contrato. Após esse prazo, a contratada deverá apresentar a relação dos 70(setenta) estabelecimentos credenciados.

3.7. A comprovação da rede credenciada deverá ser realizada por meio do envio de relação (em formato MS-Excel), contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço e telefone.

3.8. A contratada deverá manter nos estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão ao sistema, em local de fácil visualização.

3.9. O contratante poderá, a qualquer tempo solicitar a inclusão de novos estabelecimentos credenciados visando à melhoria no atendimento dos beneficiários, devendo a contratada manter atualizada a relação de estabelecimentos credenciados, fornecendo essa relação a contratada assim que solicitada.

3.10. A contratada deverá comunicar imediatamente ao contratante qualquer alteração na relação de estabelecimentos credenciados.

3.11. A contratada deverá efetuar credenciamentos adicionais de estabelecimentos, no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação, no intuito de suprir as necessidades dos beneficiários, ou na impossibilidade, oferecer o credenciamento de estabelecimentos alternativos que deverão ser aprovados pela Comissão de Fiscalização do Contrato, a ser designada pela Secretaria Gestora do Contrato - SEAD.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. Não há contraprestação remuneratória do município à Contratada como interveniente no repasse da quantia de R\$ 7.572.312,00 (sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil e trezentos e doze reais), destinada, "In Totum", aos servidores municipais.


4.2. Será creditado pela contratada o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada servidor.

4.3. A CONTRATADA não receberá crédito pela taxa de administração, bem como pela emissão dos cartões.

4.4. A taxa de administração será de - 1,00%, conforme proposta comercial autuada na página. 20 do processo nº 175/2014.

4.5. A taxa de retenção (percentual retido dos estabelecimentos comerciais credenciados nas operações de venda aos usuários) será de 3,50%, nos termos da proposta aludida no item acima.

  
**Sandro César Cordeiro**  
Secretário Municipal de Administração

  
**Ramon Oliveira Dias**  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

  
**José de Freitas Cordeiro**  
Prefeito Municipal de Congonhas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

### CIDADE DOS PROFETAS

4.6 Para fins de demonstração do cumprimento da taxa ofertada no item anterior, poderá a Contratante exigir da Contratada a exibição do contrato de credenciamento com os estabelecimentos comerciais locais. Para atendimento a esse requerimento terá o prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/fatura emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

3.6. Deverá ser anexada à Nota Fiscal CND Municipal, CND do INSS, CRF do FGTS e CNDT.

4.7. O valor correspondente aos serviços executados, será efetuado pelo contratante, em moeda corrente, por meio de ordem bancária, até 05 (cinco) dias úteis após a carga mensal dos cartões, desde que devidamente encaminhada e recebida a Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas com execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 05 – Diretoria de Gestão de Pessoas

339039 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Fica a CONTRATADA responsável por todos os encargos trabalhistas e previdenciários (encargos sociais diretos e indiretos dos seus funcionários), respondendo também civil e criminalmente por eventuais prejuízos/danos causados a terceiros ou ao CONTRATANTE, na execução deste contrato.


6.2. A execução do serviço deverá ser realizada rigorosamente dentro das especificações estabelecidas na Dispensa de Licitação nº PMC/046/2014, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

6.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Dispensa de Licitação nº. PMC/046/2014 e Processo Administrativo nº. PMC/11.489/2006.

6.4. Caso a CONTRATADA se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, o CONTRATANTE, após regular aviso ou notificação, poderá rescindir o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima deste contrato.

6.5. O contrato firmado com o CONTRATANTE não poderá ser objeto de cessão, transferência ou sub-contratação sem autorização do CONTRATANTE por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

  
**Sandro César Cordeteiro**  
Secretário Municipal de Administração

  
**Ramon Oliveira Dias**  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

  
**José de Freitas Cordeteiro**  
Prefeito Municipal de Congonhas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

### CIDADE DOS PROFETAS

6.6. A CONTRATADA deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a execução dos serviços.

6.7. Na vigência do contrato o descredenciamento de estabelecimentos em número significativo que implique em prejuízo à prestação dos serviços consistentes na disponibilização de ampla rede de comércio, implicará na rescisão por descumprimento do objeto contratual, cumulada com as sanções legalmente aplicáveis.

6.9. Fornecer gratuitamente todos os cartões aos beneficiários.

6.10. Em caso de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições no cartão eletrônico, a contratada terá o prazo de até 05(cinco) dias úteis para confeccionar e entregar e entregar outro cartão com os créditos já disponíveis, sem custo para o contratante/servidor.

6.11. Responder por quaisquer danos causados ao município, aos servidores ou terceiros, diretamente ou por seus prepostos.

6.12. A contratada deverá dispor de sistema de meio eletrônico para a realização das seguintes funcionalidades mínimas:

- a) operações de cadastro;
- b) emissão e cancelamento de cartões;
- c) emissão e cancelamento de pedidos;
- d) consulta de saldo e extratos;
- e) emissão de relatórios;

6.13. A contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços para os beneficiários dos cartões:


- a) consulta de saldo e extrato dos cartões eletrônicos;
- b) consulta da rede de estabelecimentos credenciados;
- c) comunicação de perda, roubo, extravio ou dano pela internet ou através de central telefônica (funcionamento em dias úteis em horário comercial);
- d) solicitação de segunda via de cartão eletrônico e solicitação de segunda via de senha pela internet ou através de central telefônica (funcionamento em dias úteis em horário comercial).

6.14. A contratada deverá fornecer, mensalmente, relação atualizada com nome e endereço dos estabelecimentos comerciais credenciados, legalmente estabelecidos no Município de Congonhas.

6.15. Disponibilizar, quando solicitado pelo contratante, relatórios gerenciais com as seguintes informações:

- a) Nome do servidor, número do cartão, data e valor do crédito concedido e remanescente;
- b) Local, data e valor da utilização dos créditos pelos servidores na rede de estabelecimentos credenciada;

  
**Sandro César Cordeiro**  
Secretário Municipal de Administração

  
**Ramon Oliveira Dias**  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

  
**José de Freitas Cordeiro**  
Prefeito Municipal de Congonhas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

### CIDADE DOS PROFETAS

c) Quantidade de cartões reemitidos por servidores.

6.16. Os valores a serem creditados deverá estar disponíveis aos beneficiários em até 12(doze) horas após o envio das informações pela contratante, acompanhada da autorização de prestação de serviço subscrita pelo Secretário Municipal de Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DAS REPOSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. Caberá ao CONTRATANTE verificar a conformidade dos serviços com a proposta apresentada.

7.2. Credenciar, perante a CONTRATADA, mediante documento hábil, servidor autorizado a solicitar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

7.3. Prestar as informações necessárias, com clareza, quanto aos procedimentos para a realização dos serviços solicitados.

7.4. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços solicitados.

7.5. Pagar no vencimento a fatura apresentada pela CONTRATADA, correspondente aos serviços efetuados.

7.6. AO CONTRATANTE é reservado o direito de paralisar o serviço, temporariamente ou definitivamente em qualquer época, de acordo com seus interesses ou necessidades.

7.7. O contratante informará a contratada listagem com informações dos servidores beneficiados com o Cartão Alimentação, ficando também responsável pelo acréscimo ou remoção de beneficiários.

#### CLÁUSULA OITAVA- DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA caracterizará a inadimplência, sujeitando-a as seguintes penalidades:


8.1.1. Advertência, que será aplicada pela Administração do CONTRATANTE. Caso haja reiteração da advertência, sem que haja rescisão do contrato, será aplicada ao contratado multa de 2% sobre o valor global do contrato.

8.1.2. Multa de mora correspondente a 0,33% , por dia de atraso, na execução do objeto do contrato, limitado a 10% do valor total do contrato.

8.1.3 - Multa de 20% do valor total do contrato por qualquer rescisão em que der causa a CONTRATADA.

8.1.4. Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

  
**Sandro César Cordeiro**  
Secretário Municipal de Administração

  
**Ramon Oliveira Dias**  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

  
**José de Freitas Cordeiro**  
Prefeito Municipal de Congonhas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados de punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.2. Na aplicação das penalidades previstas nos subitens 8.1.1 a 8.1.5 a CONTRATADA poderá apresentar a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação.

8.3. As multas referidas nos itens 8.1.2 e 8.1.3 serão descontadas do pagamento devido a CONTRATADA. Na hipótese de não haver pagamento pendente, as multas aplicadas deverão ser pagas por meio de guia própria, ao CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

8.4. Caso a CONTRATADA se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato.

### **CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

9.1. Caso os serviços apresentem irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade solicitará a regularização em prazo hábil.

9.2. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o CONTRATANTE exercer seus direitos a qualquer tempo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido judicialmente ou extrajudicialmente, nas hipóteses arroladas nos artigos 77 e 78, incisos I a XII da Lei Federal de Licitações nº. 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e 9.648/98.

10.2. Nos casos de rescisão extrajudicial por ato unilateral, a CONTRATADA será notificada em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.


### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

11.1. O prazo de vigência deste contrato será até 28/12/2014, tendo início a partir da data de assinatura do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

12.1. O extrato do presente contrato será publicado, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (jornal “Minas Gerais”), em conformidade com artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal de Licitações

  
**Sandro César Cordeiro**  
Secretário Municipal de Administração

  
**Ramon Oliveira Dias**  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

  
**José de Freitas Cordeiro**  
Prefeito Municipal de Congonhas

7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
**CIDADE DOS PROFETAS**

8.666/93, por conta do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL**

13.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena à Dispensa de Licitação nº. PMC/046/2014, Processo Administrativo nº. PMC/11.489/2006, que lhe deu causa para cuja execução, exigir-se-á rigorosamente obediência ao Instrumento Convocatório.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DE FORO**


14.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas/MG, para dirimir qualquer ação ou pendência que por ventura advenha do presente instrumento, renunciando, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E assim, justas e contratadas assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

14.3. O presente instrumento abaixo assinado entra em vigor, nesta data.

Congonhas, 02 de julho de 2014.

  
José de Freitas Cordeiro  
Prefeito


  
Sandro Cesar Cordeiro  
Secretário Mun. de Administração

  
Ricardo de Falco Marques  
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA

Testemunhas:

1 -

2 -

  
Ramon Oliveira Dias  
OAB/MG 134.039  
Procurador Municipal

